

NEOLIBERALISMO E AS CRISES DAS DEMOCRACIAS NO SÉCULO XXI: REFLEXÕES E ALTERNATIVAS

NEOLIBERALISM AND THE CRISIS OF DEMOCRACIES IN THE 21ST CENTURY: REFLECTIONS AND ALTERNATIVES

*Adriano Rodrigues de Oliveira*¹

Resumo: Nos últimos dez anos, o mundo vem se deparando com diversas turbulências de ordem política e social, em grande medida relacionadas às crises e aos dilemas enfrentados pelas democracias. O presente trabalho visa analisar o sentido político do neoliberalismo, seus efeitos na sociedade contemporânea e sua relação com as principais crises políticas do sistema democrático. Por fim, apresentar alguns dos desafios e alternativas a serem enfrentados no médio e longo prazo. Para isso, será feita uma revisão da bibliografia recente acerca desses temas com diferentes abordagens teóricas e informações pertinentes à compreensão do neoliberalismo e sua relação com a problemática da democracia no século XXI. Ao analisar essas abordagens, observa-se que a ideologia neoliberal ratifica as práticas exploratórias e autoritárias que, em última análise, impulsionam o seu funcionamento e seu êxito em diferentes sentidos. Destaca-se o fato de que esse processo ocorre dentro de países democráticos, o que leva a concluir que o neoliberalismo, ou seus efeitos nefastos, colabora para o desgaste e a corrosão das democracias por dentro.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Democracia. Socialismo. Desigualdade.

Abstract: In the past ten years, the world has been facing several political and social turbulences, largely related to the crises and dilemmas faced by democracies. This paper aims to analyze the political meaning of neoliberalism, its effects on contemporary society, and its relation to the main political crises of the democratic system. Finally, to present some challenges and alternatives to be faced in the medium and long term. For this purpose, a review of recent bibliography on these themes will be carried out with different theoretical approaches and information pertinent to the understanding of neoliberalism and its relation with the problematic of democracy in the 21st century. By analyzing these approaches, it is observed that neoliberal ideology ratifies exploitative and authoritarian practices that ultimately drive its functioning and success in different ways. It highlights the fact that this process occurs within democratic countries, which leads to the conclusion that neoliberalism, or its harmful effects, collaborates in the wearing down and corrosion of democracies from within.

Keywords: Neoliberalism. Democracy. Socialism. Inequality.

1. Introdução

Nos últimos dez anos, o mundo vem se deparando com diversas turbulências de ordem política e social, em grande medida relacionadas às crises e aos dilemas enfrentados pelas democracias. O presente trabalho visa analisar o sentido político do

¹ Especialista em Filosofia Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (USP). ORCID: 0000-0003-3252-2623. E-mail: adri_oliveira93@hotmail.com

neoliberalismo, seus efeitos na sociedade contemporânea e sua relação com as principais crises políticas do sistema democrático. Por fim, apresentar alguns dos desafios e alternativas a serem enfrentados no médio e longo prazo. Para isso, será feita uma revisão da bibliografia recente acerca desses temas e também de artigos científicos, relatórios e outros materiais que trazem à luz diferentes abordagens teóricas e informações pertinentes à compreensão do neoliberalismo e sua relação com a problemática da democracia no século XXI.

Na primeira parte, será analisado o conceito de neoliberalismo a partir de diferentes abordagens. Primeiramente, será apresentado um breve histórico do neoliberalismo desde seus pensadores originais e fundadores até a chamada virada neoliberal do final da década de 1970. Em seguida, será realizada uma discussão acerca do conceito de neoliberalismo, com a apresentação de diferentes abordagens teóricas da sociologia e filosofia. Essa parte se encerra com uma discussão acerca da subjetivação neoliberal.

Na segunda parte, será analisada a relação do neoliberalismo com o desgaste e as crises dos sistemas democráticos. O trabalho abordará a questão do surgimento da política antidemocrática no ocidente a partir das “ruínas” do neoliberalismo. Em sequência, serão apresentadas as abordagens de diferentes autores e obras da teoria política recente sobre as crises e dilemas da democracia no século XXI.

Na terceira e última parte, serão consideradas algumas das perspectivas de futuro, os problemas urgentes e as alternativas colocadas no cenário político contemporâneo. Primeiramente, serão analisados alguns dos principais problemas não resolvidos pelas democracias liberais, são eles: a desigualdade e a destruição ambiental. Por fim, serão discutidos alguns aspectos do modelo de socialismo de mercado em ascensão na China, que se coloca como a mais destacada alternativa ao modelo neoliberal na atualidade. Assim a discussão desenvolvida nesta pesquisa espera ser uma contribuição para o debate científico acerca dos rumos políticos da humanidade neste século e as perspectivas teóricas acerca das causas das crises sociais e políticas vividas recentemente.

2. A ideia política de neoliberalismo

2.1. Um breve histórico do neoliberalismo

Em um primeiro momento, o neoliberalismo pode ser entendido como uma teoria e prática econômica que se fez dominante no mundo ocidental no último quartel do século XX, e que se coloca em pauta até a atualidade, apesar de seus evidentes desgastes e esgotamentos ao longo das últimas décadas. Os pressupostos dessa teoria e prática incluem a exaltação das capacidades empreendedoras individuais em um contexto institucional de forte garantia da propriedade privada, dos livres mercados e do livre comércio. O papel do Estado seria reduzido e focado na garantia do funcionamento dos mercados e da segurança jurídica, além da defesa por meio das forças armadas.

O surgimento da teoria neoliberal pode ser atribuído ao pensamento de um grupo de economistas, filósofos e historiadores que se organizava em torno do filósofo austríaco Friedrich Von Hayek e da criação da Sociedade Mont Pèlerin em 1947. Esse grupo se baseava fortemente nos princípios de liberdade econômica e competição de mercado como motores do desenvolvimento, e também da defesa da propriedade privada. Apesar de sua relativa marginalização durante o período pós-guerra, as ideias neoliberais retornaram com força a vários campos políticos e se estabeleceram como uma teoria ortodoxa nos EUA e na Inglaterra ao final dos anos 1970².

Podemos encontrar uma melhor descrição histórica desse fenômeno na obra de Harvey (2008), que analisa sua origem e seu desenvolvimento até o início do século XXI. Segundo o autor, o liberalismo que gerou crescimento nos países capitalistas mais avançados até 1945 chegou ao esgotamento. A resposta mundial foi o aprofundamento da regulação e da intervenção do Estado no desenvolvimento econômico, inclusive com o desenvolvimento de políticas sociais que se desdobraram no que ficou conhecido como Estado de bem-estar social. Além disso, houve ainda a criação de organizações internacionais, tal como a ONU, um aumento do poder sindical da classe trabalhadora e um aprofundamento das práticas keynesianas de maneira geral, que geraram taxas de

² O ensaio do pensamento neoliberal já ocorria desde os anos 30, em resposta ao chamado New Deal, por meio da realização do Colóquio Walter Lippmann em 1938. Consultar MARIUTTI (2021), disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD415.pdf>

crescimento elevadas durante as décadas de 1950 e 1960. Esse modelo perdurou até início da década de 1970.³

Analisando esse contexto, o autor se propõe a investigar as causas dessa “virada neoliberal” a partir do final da década de 1970 e como esse consenso se espalhou. A implementação da agenda neoliberal se deu em grande medida por meio da violência e está diretamente ligada a interesses das elites econômicas de diversas partes do mundo, como, por exemplo na América Latina:

Como se instaurou a neoliberalização e quem o fez? A resposta em países como o Chile e a Argentina nos anos 1970 foi tão simples quanto rápida, brutal e segura: um golpe militar apoiado pelas classes altas tradicionais (assim como pelo governo norte-americano) seguido pela cruel repressão de todas as solidariedades criadas no âmbito dos movimentos trabalhistas e sociais urbanos que tanto ameaçaram seu poder. Mas a revolução neoliberal que se costuma atribuir a Thatcher e Reagan a partir de 1979 tinha de ser instaurada por meios democráticos. A ocorrência de uma mudança de tamanha magnitude exigia que se construísse antes o consentimento político num espectro suficientemente amplo da população para que se ganhassem eleições (HARVEY, 2008, p. 97).

Já nos países do centro do capitalismo e a partir da visão do norte global, essa mudança se dá por outros meios, conforme aponta:

Como então se gerou suficiente consentimento popular para legitimar a virada neoliberal? Os canais por meio dos quais se fez isso foram diversificados. Fortes influências ideológicas circularam nas corporações, nos meios de comunicação e nas numerosas instituições que constituem a sociedade civil - universidades, escolas, Igrejas e associações profissionais. A "longa marcha" das idéias neoliberais nessas instituições, que Hayek concebera já em 1947, a organização de bancos de idéias (apoiados e financiados por corporações), a cooptação de certos setores dos meios de comunicação e a conversão de muitos intelectuais a maneiras neoliberais de pensar - tudo isso criou um clima de opinião favorável ao neoliberalismo como o garante exclusivo da liberdade. Esses movimentos mais tarde se consolidaram com o domínio dos partidos políticos e, em última análise, o poder do Estado (HARVEY, 2008, p. 98)

Além da difusão ideológica e cultural do pensamento e dos valores neoliberais, diversos outros acontecimentos de natureza econômica e geopolítica impulsionaram essa

³ O capitalismo keynesiano já vinha se manifestando desde o início do século XX em resposta à crise crescente das estruturas do chamado *Laissez faire*, que culminou na grande crise de 1929, gerando iniciativas como o *New Deal* em 1933. Keynes já criticava essas estruturas desde os anos 20.

agenda e seus atores. Os acordos internacionais, outras crises econômicas globais, o comércio internacional do petróleo, bem como a formação do chamado “Consenso de Washington”, constituem fenômenos e acontecimentos que são objeto de análise da história econômica e das relações internacionais e que, por razões metodológicas, não poderão ser tratados em profundidade na presente pesquisa.

2.2. Discutindo o conceito de neoliberalismo

O debate acerca da definição de neoliberalismo nas ciências humanas e sociais é caracterizado por polêmicas e por diferentes abordagens teóricas. A partir do início dos anos 2000, esse debate foi requalificado. Houve também a contribuição de intelectuais de diferentes especializações que realizaram um esforço para oferecer uma definição mais próxima da realidade. Pierre Bourdieu, David Harvey, assim como publicações póstumas da obra de Michel Foucault, fizeram parte desse contexto de renovação.

Para compreender algumas das principais definições e abordagens acerca do neoliberalismo será tomado como referência o artigo de Andrade (2019), que reúne dois principais eixos explicativos, que se desdobram em outras variáveis. No primeiro eixo são apresentadas abordagens sociológicas que buscam evidenciar os elementos centrais do ponto de vista teórico do neoliberalismo, são elas: foucaultiana, marxista, bourdieusiana e weberiana. No segundo eixo destacam-se as discussões a respeito de múltiplos neoliberalismos, enfatizando a irredutibilidade geográfica e histórica de seus processos, são elas: pós-colonialismo, o neorregulacionismo e o hibridismo governamental. Para os fins da presente pesquisa, será enfatizado o primeiro eixo com as abordagens sociológicas e filosóficas que buscam evidenciar a essência do neoliberalismo.

Conforme a análise a partir da definição foucaultiana, o neoliberalismo é abordado no âmbito de sua história das artes de governo no que se refere ao exercício da soberania política. Assim, o autor define o neoliberalismo a partir da prática de governar. Não se tratando da instituição de governo, mas sim da maneira como se rege a conduta das pessoas, por meio de instrumentos estatais e não estatais que promovem um autogoverno dos indivíduos de forma que estes se conformem a certas regras. Assim, o neoliberalismo não se limita apenas a uma ideologia política, mas sim a uma forma de existência. Andrade (2019) menciona a forma como Foucault analisa o neoliberalismo:

Foucault analisou o neoliberalismo a partir de duas artes de governo históricas: o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano. (...) No caso dos ordoliberais, trata-se de governar a sociedade em nome da economia, construindo institucional e legalmente os frágeis mecanismos concorrenciais do mercado de modo a evitar a concentração econômica, a favorecer as empresas médias, a multiplicar o acesso à propriedade, a erigir as coberturas sociais do risco e a regulamentar o meio ambiente. O Estado deve, assim, generalizar a forma empresa no interior do tecido social de modo que o próprio indivíduo se torne uma e participe ativamente das decisões em seu trabalho. No caso dos neoliberais americanos, procura-se estender a grade de inteligibilidade econômica para todas as dimensões sociais, generalizando a noção de capital humano como princípio decifrador dos comportamentos e das relações. O indivíduo torna-se governável por meio de seu cálculo econômico interno e pela definição das regras ambientais do jogo, ao mesmo tempo em que o próprio Estado se submete a um tribunal econômico permanente, que julga as ações públicas segundo critérios de rentabilidade (ANDRADE, 2019, p. 218-219)

Na definição marxista de neoliberalismo, entende-se que este fenômeno consiste em uma estratégia política que visa fundamentalmente o reforço e a manutenção do poder da classe social hegemônica, o que marcaria um novo estágio do capitalismo após suas crises estruturais da década de 1970. Assim, trata-se de uma ordem social que impõe uma nova disciplina ao trabalho e que dispõe de instrumentos gerenciais com base no livre mercado e no livre movimento de capital. A legitimidade da ideologia e do modelo neoliberal se coloca a partir de uma teoria político-econômica que afirma que o livre mercado é o garantidor da liberdade de empreender e que cabe ao Estado apenas o papel mínimo de preservar a ordem institucional. Conforme a análise marxista do neoliberalismo, sua promessa de desenvolvimento é falaciosa:

Os resultados das políticas neoliberais em termos de crescimento econômico global são vistos pelos marxistas como medíocres, sendo o seu verdadeiro sucesso a ampliação dos lucros, o controle da inflação, a redução dos salários, o aumento da desigualdade social e a expansão da mercadorização. O lucro não se converte em crescimento, pois não é investido produtivamente, mas especulativamente, o que apenas promove transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos (ANDRADE, 2019, p. 224)

Para complementar a abordagem marxista do neoliberalismo, pode-se utilizar novamente a referência de Harvey (2008), que conclui:

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo

internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação de capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo), na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem, além disso, que quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados, ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis (HARVEY, 2008, p. 27)

Na abordagem bourdieusiana, a teoria econômica do neoliberalismo, convertida em projeto político, possui um elemento de utopia no que se refere à ideia de autorregulação do mercado, apesar de apresentada com forma científica. A idealização do mercado é formulada a partir de modelos matemáticos e lógicos que não correspondem à realidade, e que são raramente colocados à prova, e que praticamente ignoram as ciências humanas e a história. Esses pressupostos, em grande parte falsos, reduzem o pensamento a uma racionalidade individual, desconsiderando o caráter coletivo dos seres humanos e os fenômenos sociais e históricos que organizam os indivíduos de maneira desigual na sociedade. Da mesma forma, a própria política tende a ser dissolvida e a permanecer submissa ao funcionamento dos mercados financeiros globais e a eliminar as regulações que ameacem o aumento dos lucros (ANDRADE, 2019). Para Bourdieu, o programa neoliberal

tende assim a favorecer globalmente a ruptura entre a economia e as realidades sociais, e a construir desse mundo, na realidade, um sistema econômico ajustado à descrição teórica, isto é, uma espécie de máquina lógica, que se apresenta como uma cadeia de constrangimentos enredando os agentes econômicos (BOURDIEU, 1998, p. 138).

Nas três diferentes abordagens acerca do conceito de neoliberalismo destacadas acima, podemos observar diferentes elementos filosóficos e sociológicos capazes de apresentar características que compõem a essência do neoliberalismo, a partir de seus

críticos. Essas visões complementares ajudam a compreender as características do fenômeno a fim de se aproximar de uma definição mais precisa e completa⁴.

Na abordagem foucaultiana é colocada a ideia de que o neoliberalismo não se limita a uma ideologia, mas sim a uma forma de vida que é internalizada pelos indivíduos e que rege seu comportamento e sua conformidade com certas normas. Já na abordagem marxista observa-se que, do ponto de vista mais econômico e de resultado, a implantação da agenda neoliberal apenas reforça a hegemonia de uma classe social dominante no sistema econômico e produz uma enorme concentração de renda que não é convertida em crescimento, servindo apenas como um mecanismo de transferência de recursos dos mais pobres para os mais ricos. Enquanto isso, a abordagem bourdieusiana crítica a cientificidade equivocada do neoliberalismo, que prega uma idealização utópica da autorregulação de mercado, desconsiderando fatores históricos e sociais apontados pelas ciências humanas, e impondo uma lógica matemática à leitura da realidade e à atuação da política.

A partir de uma breve apresentação histórica da ideia de neoliberalismo e de uma apresentação de algumas abordagens filosóficas e sociológicas desse fenômeno, é necessário então buscar uma compreensão mais aprofundada dos efeitos da ideologia neoliberal na sociedade contemporânea. Para isso, será abordada na seção seguinte a questão da subjetivação neoliberal, ou seja, do neoliberalismo como produtor de subjetividades entre os indivíduos e como algo que molda a maneira como as pessoas lidam consigo mesmas e com o mundo.

2.3. A subjetivação neoliberal

Conforme mencionado anteriormente, o neoliberalismo pode ser concebido superficialmente como uma teoria e prática econômica do mundo contemporâneo, operada por governos, empresas e instituições financeiras a partir de determinados princípios, tais como o livre comércio, o lucro e a propriedade privada. Contudo, essa ideia, conforme questiona Foucault, pode nos conduzir a uma leitura limitada acerca da dinâmica do neoliberalismo na sociedade, pois trata-se de uma forma de existência.

⁴ Cada aspecto do neoliberalismo destacado pelas perspectivas teóricas analisadas (foucaultiana, marxista e bourdieusiana) decorre da qualidade do debate interno das respectivas linhas de pensamento, e vale destacar que elas possuem entre si um diálogo e uma transitividade.

O neoliberalismo não pode ser superado ou eliminado apenas com mudanças ou crises econômicas e geopolíticas, pois trata-se de algo introjetado no comportamento e no pensamento das pessoas. Algumas leituras sugerem, por exemplo, que a crise de 2008 colocaria fim ao paradigma neoliberal nos países capitalistas, o que certamente é uma leitura questionável perante um olhar sociológico e filosófico sobre a maneira como essas sociedades pensam e se comportam, bem como se observada a falta de alternativas ao neoliberalismo mesmo depois da crise econômica.

Para discutir a questão da ideologia e da subjetivação neoliberal e a forma como o neoliberalismo está para além de uma prática econômica, será utilizada como referência a obra de Dardot e Laval (2016), críticos do neoliberalismo que buscam desfazer alguns consensos e equívocos acerca do tema. Já no início de seu texto os autores destacam que

com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos do que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da modernidade. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

No que se refere à forma como a ideologia neoliberal opera no nível individual, destaca-se a exacerbação do senso de competitividade e progresso pessoal, ou seja, a subjetivação empresarial e competitiva que faz com que as pessoas se vejam como empresas de si mesmas. O sujeito-empresa segue a ética da excelência profissional e da autovalorização, criando e administrando expectativas e indicadores de desempenho e performance, bem como individualizando seus riscos, sucessos e fracassos.

A lógica do *self-made-men* não se estende apenas ao nível profissional e aos objetivos gerais de vida dos indivíduos, mas também à sua cultura e à sua relação interpessoal na esfera privada, inclusive na vida afetiva e sexual. Isso se traduz também na proliferação dos serviços de *coach*, palestras motivacionais, técnicas de hipnose e neurolinguísticas, entre outros produtos e serviços que buscam vender ao indivíduo a autorrealização e o cumprimento de suas metas.

Essa forma de socialização, típica da sociedade neoliberal contemporânea, leva a um estilo de vida ultracompetitivo e hiperindividualista, que tem como consequência um sofrimento psíquico que leva ao surgimento de patologias mentais, bem como o definhamento das instituições e estruturas simbólicas em que o sujeito se inseria. Estresse, depressão, solidão, frustração, ansiedade e hipocondria passam a fazer parte do dia-a-dia dos indivíduos que vivem sob a socialização neoliberal nas cidades capitalistas contemporâneas.

3. As crises das democracias no século XXI

3.1. Autoritarismo e as ruínas do neoliberalismo

Após os aportes teóricos acerca do neoliberalismo na sociedade contemporânea apresentados anteriormente, esta parte do presente trabalho buscará introduzir e analisar a problemática da relação entre o neoliberalismo e as crises da democracia. Primeiramente, será discutida a forma como o pensamento neoliberal abriu espaço para a ascensão de forças antidemocráticas na política dos principais países ocidentais, e se o “fracasso” do neoliberalismo está relacionado às crises políticas atuais, bem como a chegada ao poder de figuras e lideranças autoritárias pelo mundo. Para isso será tomada como referência a obra de Wendy Brown (2019). Em sequência também será analisada a relação do neoliberalismo com o racismo e a condição do negro na sociedade neoliberal, a partir do artigo de Silvio Almeida (2021) em que o autor reflete sobre o neoliberalismo e o conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2018).

Sobre os efeitos do neoliberalismo na política, Brown (2019) afirma que a política foi minada pela ideologia neoliberal. Isso ocorreu principalmente para favorecer a economia de mercado, promovendo a ideia de o Estado só prejudica os empreendimentos. Essa ideia foi reforçada e difundida principalmente nos governos de Reagan e Thatcher, que aproveitaram para fazer “os cortes de impostos, o desmantelamento do Estado de bem-estar e o desacorrentamento do capital em relação a qualquer tipo de restrição, incluindo aquelas impostas pelo poder de barganha dos sindicatos” (BROWN, 2019, p. 71). O principal efeito, aponta a autora, é essa onda antipolítica que busca enfraquecer as instituições republicanas e democráticas do Estado em favor de uma pretensa neutralidade tecnocrática que vê na presença do Estado uma ameaça:

O neoliberalismo, deste modo, visa limitar e conter o político, apartando-o da soberania, eliminando sua forma democrática e definindo suas energias democráticas. De suas aspirações e afirmação "pós-ideológicas" da tecnocracia até sua economicização e privatização das atividades governamentais, de sua oposição desenfreada ao "estatismo" igualitário até sua tentativa de deslegitimar e conter as reivindicações democráticas, de seu objetivo de restringir direitos até seu objetivo de limitar agudamente certos tipos de estatismo, o neoliberalismo busca tanto restringir quanto desdemocratizar o político (BROWN, 2019, p. 70).

Essa onda antipolítica, que se vê representada em políticos de extrema-direita, leva ainda a autora a analisar o perfil dos apoiadores desses movimentos. A autora pensa principalmente no identitarismo branco e masculino. Influenciada por Nietzsche, ela destaca como o niilismo se intensificou em nosso tempo devido à monetização pelo neoliberalismo de tudo ao redor do indivíduo (BROWN, 2019, p. 200). Esse niilismo não se trata de um esvaziamento de valores, mas de ações que ridicularizam estes. Assim, há uma relação entre o niilismo e a virulência dos discursos de extrema direita. Lembra que, para Nietzsche, a civilização judaico-cristã foi fundada sobre o ressentimento dos "fracos" que culpavam os "fortes" pela sua opressão, passando a se considerar "bons" em oposição àqueles e a enaltecer valores como abnegação, humilhação, humildade e resignação. Nesse sistema de valores, no entanto, estariam no centro o rancor, a reprimenda e a vingança.

O ressentimento também é catalisado pelos que se sentem desamparados por valores produzidos na democracia e também por políticas públicas. Ao confrontar esse novo mundo com um passado mítico, esses homens tendem a propagar discursos de ódio sem culpa e os justificar como sendo a liberdade de expressão. Para Brown, esses sentimentos surgem naqueles que costumavam ser considerados os "fortes", sujeitos que até então gozavam de uma posição dominante, e que agora assistem à fragilização de sua posição social. Aqui, a autora destaca a branquitude e a masculinidade, que têm sofrido perdas com alguns avanços progressistas, ainda que limitados:

O ressentimento, o rancor, a raiva, a reação à humilhação e ao sofrimento - certamente todos estão em jogo hoje no populismo e no apoio da direita à liderança autoritária. No entanto, esse sentimento emerge nos indivíduos que historicamente dominaram quando sentem tal dominação em declínio - na medida em que especialmente a branquitude, mas também a masculinidade, fornece uma proteção limitada contra os deslocamentos e perdas que quarenta anos de neoliberalismo produziram nas classes trabalhadoras e médias. [...] E há ainda um importante aspecto da neoliberalização da vida

cotidiana que joga sal nessa ferida: as profundas desigualdades de acesso e as hierarquias de status que organizam cada parte do comércio e do que resta da vida pública. (BROWN, 2019, p. 215)

O impacto do neoliberalismo também promoveu o fim do espaço público e a ascensão do espaço digital, zona que a autora considera desdemocratizada:

Na medida em que o neoliberalismo dissolve essa esfera em uma ordem de mercado, de um lado, e em uma ordem familiar, de outro, desaparece o espaço da igualdade e do cuidado cívico com o bem comum que a democracia exige. Ao mesmo tempo, a ascensão do digital gera uma sociabilidade nova, radicalmente desterritorializada e desdemocratizada. Essa sociabilidade não contém protocolos claros quanto à partilha do poder, à emancipação ou ao comprometimento com a negociação de visões e necessidades diversas, a inclusão ou a pluralidade. A despeito de seus méritos, as “sociedades” digitalizadas são desconectadas do desafio de partilharmos o poder igualmente para governarmos a nós mesmos. Elas podem possuir outros potenciais democratizadores, mas sozinhas não substituem as práticas democráticas e de igualdade política que elas exigem (BROWN, 2019, p. 224).

A deterioração dos valores humanitários nesse contexto, teria como uma lógica subjacente a ideia de que “se os homens brancos não podem ser donos da democracia, então não haverá democracia nenhuma. Se os homens brancos não podem dominar o planeta, então não haverá planeta” (BROWN, 2019, p. 220). Desta forma, cabe ainda analisar a relação dessa moralidade reacionária - produzida em grande medida pelo neoliberalismo - com o racismo e as diversas formas de discriminação de minorias raciais. Almeida (2021) dialoga com o conceito de necropolítica de Mbembe (2018) para analisar a condição do negro na sociedade neoliberal:

Trata-se da universalização da condição negra ou devir negro no mundo (Mbembe, 2018b). O neoliberalismo escancara o colonialismo como governamentalidade e a plantation como tecnologia de poder que se apresenta mesmo após as lutas de libertação e os processos de descolonização jurídica e política (Fanon, [1964] 1980, [1952] 2020; Mbembe, [2010] 2019). Se nos períodos anteriores do capitalismo apenas os negros escravizados estavam expostos a certos riscos, o neoliberalismo “democratizou” tais riscos, estendendo a condição negra para toda a humanidade. A lógica colonial de captura, predação, ocupação e exploração tornou-se a forma de administração das sociedades contemporâneas, atravessadas pelas exigências objetivas e subjetivas da reprodução econômica da etapa neoliberal (Mbembe, 2018b) (ALMEIDA, 2021, p. 8).

O autor destaca que a precarização da vida, outrora concentrada nas populações negras, se torna um fenômeno generalizado nas sociedades com a ascensão do neoliberalismo. A reprodução das lógicas de exploração e predação, que seriam próprias do colonialismo, tornam-se características fundamentais do funcionamento do neoliberalismo. O autor complementa analisando a relação entre neoliberalismo, racismo e morte:

Para Mbembe, o neoliberalismo inaugura uma etapa em que a categorização da humanidade em raças superiores e inferiores para fins do exercício do poder de matar não depende mais de uma ligação direta com o imaginário socialmente produzido acerca dos negros de origem africana. O racismo é não apenas parte fundamental das práticas de governo e do exercício da soberania, mas também o processo de constituição de um tipo de subjetividade própria do neoliberalismo. Em outras palavras, o racismo ganha contornos próprios no neoliberalismo, etapa do capitalismo em que como em nenhum momento experimentou-se a fusão entre mercadoria, desejo e morte (ALMEIDA, 2021, p. 9).

As abordagens apresentadas sobre a relação entre neoliberalismo, autoritarismo, antipolítica, racismo e necropolítica nos ajudam a compreender melhor como as sociedades contemporâneas ainda não superaram as práticas coloniais. Isso ocorre porque a própria ideologia neoliberal ratifica as práticas exploratórias e autoritárias que, em última análise, impulsionam o seu funcionamento e seu êxito em diferentes sentidos. Destaca-se o fato de que esse processo ocorre dentro dos países com sistema democrático, o que leva a crer que o neoliberalismo, ou seus efeitos nefastos, colabora para o desgaste e a corrosão das democracias por dentro.

3.2. A democracia encurralada: dilemas e desgastes do sistema democrático

Um acontecimento marcante para a política no mundo foi a vitória de Donald Trump nas eleições norte-americanas em 2016. Diversas leituras e análises sobre esse fenômeno passaram a ser produzidas com o intuito de melhor compreender o que está acontecendo com a democracia no século XXI e o que levou a população - do país visto por muitos como a maior democracia do mundo - a eleger um político que apresenta posturas abertamente antidemocráticas e discursos preconceituosos. Desde então, esse fenômeno se repetiu em outras eleições pelo mundo, inclusive no Brasil, chamando a atenção de diversos cientistas políticos, filósofos e historiadores, o que resultou na publicação de uma vasta bibliografia sobre as crises da democracia e sobre a ascensão de

movimentos de extrema-direita, tal como as conhecidas obras de Ziblat e Levitsky (2018), Runciman (2018), Castells (2018) e Streek (2018).

Nesta parte do presente trabalho, serão analisadas e tomadas como referência algumas obras publicadas em edição brasileira por esses autores no período mais recente entre 2019 e 2020, são eles: Yascha Mounk (2019) e Adam Przeworski (2020). Também será utilizado como referência o artigo de Bresser-Pereira (2020). Esses autores podem ajudar a melhor compreender as dinâmicas que levaram a um desgaste do sistema democrático nos últimos anos e também as razões que levaram a essa crise política e social e à ascensão de lideranças antidemocráticas.

Enquanto os autores como Levitsky e Ziblat (2018) optaram por enfatizar em sua obra a corrosão das instituições por meio de um processo gradual de avanço do autoritarismo, Mounk foca o seu livro em uma leitura menos institucional e mais “popular”. Ou seja, sua análise busca compreender menos a dinâmica institucional relacionada a esses movimentos anti-democráticos, e mais a base que os sustentam: o povo e sua relação com os líderes autoritários a quem o autor chama de populistas - o autor utiliza o termo populista e evita a utilização de termos como neofascista e outros. Assim, Mounk discorre sobre como esses líderes populistas buscam capturar a pauta do debate público por meio da “criminalização” dos adversários e do uso do poder para o enfraquecimento das vozes de oposição:

Os populistas percebem como instituições intermediárias com direito legítimo de representar as opiniões e os interesses de amplos segmentos da sociedade são perigosas para a ficção de que eles, e apenas eles, são o porta-voz exclusivo do povo. Desse modo, trabalham com afincamento para desacreditar tais instituições como instrumentos das velhas elites ou dos interesses externos. Quando isso não é suficiente, introduzem leis limitando financiamento do exterior ou usam a capacidade regulatória do Estado para impedir que operem (MOUNK, 2019, p. 59).

E o autor complementa que

Isso capta com perfeição a lógica que está em andamento quando o populismo se volta contra as instituições independentes. Diante da pretensão populista de ser a única representante da vontade popular, a política logo se torna uma luta existencial entre o povo real e seus inimigos. [...] Com o tempo, passam a considerar toda voz dissonante como traição e concluem que qualquer instituição que fique em seu caminho é uma deturpação ilegítima da vontade do povo (MOUNK, 2019, p. 60).

Esses trechos contribuem para a compreensão de como essas lideranças de extrema-direita em ascensão em diversas partes do mundo, que o autor chama de populistas, tem como uma de suas principais estratégias se colocar como representante único dos interesses da maioria da população e do clamor popular de maneira geral. Uma vez que esse discurso é colocado em circulação, convencendo uma quantidade significativa de apoiadores, está aberto o espaço para que sejam feitos ataques a instituições independentes, tal como a imprensa, e às vozes contrárias ao governo, tal como os partidos de oposição. Esses ataques podem se dar tanto por meio de violência política e simbólica quanto se manifestar, no limite, como confrontos diretos marcados pela violência física em espaços públicos e privados.

Isso evidencia como essas lideranças provocam a deterioração do espaço cívico e democrático de disputa política, enquanto estabelecem a promoção do fanatismo e do fundamentalismo político e ideológico. Isso ocorre não somente como uma consequência do *modus operandi* dessas lideranças, mas sim como uma parte fundamental de sua estratégia de comunicação política e de recrutamento de seguidores cada vez mais dispostos a adotar posturas antidemocráticas e que atuem em sua defesa.

Outro fator que potencializa a ação e os discursos dessas lideranças e seus apoiadores é a ascensão da internet e das redes sociais. Esse movimento tecnológico afetou significativamente a sociabilidade humana e trouxe novos dilemas aos meios tradicionais de comunicação. A respeito desse fenômeno, Mounk menciona o exemplo de Donald Trump:

Durante toda a improvável campanha de Trump, ficou estampado o papel decisivo das mídias sociais em contornar os difusores tradicionais da política americana. Numa época anterior, as redes de TV provavelmente teriam se recusado a levar ao ar suas mentiras descaradas ou as diatribes contra imigrantes, minorias religiosas e adversários políticos. Mas, graças ao Twitter, Donald Trump não precisava da infraestrutura dos veículos de mídia tradicionais. Em vez disso, podia tuitar mensagens diretamente para seus milhões de seguidores. [...] O perfil de Trump no Twitter virou uma poderosa arma em suas mãos. Mas ela foi potencializada por uma rede difusa de soldados, uns agindo por ideologia, outros por motivos fundamentalmente financeiros (MOUNK, 2019, p. 173).

Concluindo as menções à obra de Mounk, cabe ressaltar algumas contradições e críticas que foram apontadas no texto do autor. Uma delas é a de que o autor discorre longamente sobre conceitos, apresentados como novidade, já trabalhados há décadas por

autores como Robert Dahl (2005) acerca dos limites da democracia liberal. Contudo, o que chama atenção neste caso é o uso do termo “populista” e a hesitação em utilizar o termo fascista. Essa questão poderia ser confrontada com o exemplo de Jair Bolsonaro no Brasil, que poderia ser entendido como um “populista” de extrema-direita ultraconservador nacionalista, o que, em última análise, é o que se pode considerar como um fascista ou neofascista.

O professor e autor Przeworski (2020) também contribuiu com uma análise da conjuntura atual. Para compreender os tempos atuais, o autor procura nas experiências democráticas do passado casos em que houve ou não rupturas, analisando a situação econômica, cultural e política. De maneira geral, o autor não observa o risco real de ruptura da democracia na maioria dos países, mas também não encontra soluções finais para acabar com a insatisfação geral das populações com a democracia, visto que não se trata apenas de uma crise política, e sim de uma crise econômica e social. Assim como os americanos Levitsky e Ziblatt (2018), mas com uma abordagem em sua obra considerada mais robusta e completa, o autor alerta para a deterioração sutil das instituições democráticas por meio de mecanismos legais:

[...] um novo governo assume oferecendo soluções mágicas e alegando que a oposição mal-intencionada resiste a elas. Para ter liberdade total para implementar suas políticas, o Executivo precisará dismantlar as restrições institucionais advindas do sistema de separação de poderes, o Legislativo e os tribunais. Ao mesmo tempo, temeroso de perder o posto nas eleições seguintes, tomará medidas para diminuir essa probabilidade. Essas medidas podem incluir a mudança de fórmulas eleitorais, o redesenho de distritos, alterações nos direitos do eleitor, intimidação da oposição, [...] restrição da independência do Judiciário, uso de referendos para superar barreiras constitucionais, aparelhamento partidário da máquina estatal e censura da mídia (PRZEWORSKI, 2020, p.17).

O autor chama esse processo de sub-repção, que consiste em medidas adotadas pelo governo de maneira aparentemente legal, mas que de forma sutil acabam por destruir as ferramentas da oposição para influenciar o governo, impedir retrocessos e ampliar os direitos e liberdades. Os sistemas democráticos, em geral, não possuem mecanismos suficientes para impedir esse processo, por meio de normas constitucionais.

Assim, a discussão não é sobre se essas propostas desafiam ou não as normas, mas as reais intenções por trás delas. Essas medidas podem ser abertamente inconstitucionais ou podem ser atitudes abusivas. No entanto, pela falta de mecanismo para impedi-las, a

sub-repção se torna um meio legal de chegar ao retrocesso da democracia. E acrescenta que, “quando o governo dá passos que não são flagrantemente inconstitucionais ou antidemocráticos, os cidadãos que se beneficiam de suas políticas, mas ainda dão valor à democracia, não sabem como agir” (PRZEWORSKI, 2020, p. 206).

Também no Brasil diversos acadêmicos da teoria política buscam analisar essas obras produzidas nos últimos anos e também apresentar a sua leitura acerca dos fenômenos recentes da crise da democracia liberal. Nesse sentido, o artigo de Bresser-Pereira (2020) aponta que não se trata de uma crise da democracia propriamente, mas sim uma crise do sistema capitalista neoliberal:

Esses cientistas políticos têm dificuldade em considerar a organização social maior, o capitalismo, como uma realidade histórica que engloba o regime político, e só veem a democracia liberal que, assim, deixa de ser aquilo que ela é para ser a forma de organização do próprio capitalismo. Historicamente, a democracia liberal foi a primeira forma de democracia moderna que se materializou na virada do século XIX para o XX, quando aos direitos civis foi adicionado o direito político de todos poderem votar – o sufrágio universal. Depois disso, não ocorreu qualquer fato histórico novo que justifique o possível fracasso desse regime político. Já o mesmo não pode ser dito do neoliberalismo – uma fase reacionária e autoritária do capitalismo, que representou um retrocesso maior em relação à era dourada ocorrida no pós-guerra (BRESSER-PEREIRA, 2020, p. 55).

E o autor complementa que

Não é, portanto, a democracia, mas sim o capitalismo que está em crise. Não há por que falar em fim da democracia porque, não obstante suas limitações, ela foi uma conquista da humanidade (Theborn, 1977; Przeworski, 1989). Contudo é possível se falar em crise terminal do neoliberalismo, porque foi a segunda vez que o liberalismo econômico comprovou sua incapacidade de organizar o capitalismo. (...) Em vez de se tentar compreender o fracasso do neoliberalismo, os defensores da tese do desaparecimento gradual da democracia se concentram nas instituições políticas, quando não é nelas, e sim no papel que deve ter o Estado na vida econômica e social que está o problema (BRESSER-PEREIRA, 2020, p. 56).

Essa abordagem mostra que é necessário colocar em pauta na discussão sobre a questão da deterioração da democracia o papel do neoliberalismo nesse processo. Conforme argumenta o autor, o fracasso do neoliberalismo em organizar o sistema capitalista é responsável em todo ou em parte pelas crises atuais. Assim, não é suficiente apenas denunciar o populismo de direita e descrever um suposto desaparecimento gradual

da democracia, mas compreender como se deu esse fracasso. Sobre o surgimento desse populismo, o autor questiona:

No entanto, de onde surge esse populismo? Não é da própria democracia, mas da forma perversa e ineficiente de capitalismo que as elites econômicas liberais impuseram a seus próprios países e às demais nações dependentes. A simples denúncia do populismo não leva a nada; já compreendê-lo como consequência do fracasso do neoliberalismo pode ser esclarecedor. Fracasso em melhorar o padrão de vida e dar mais segurança para toda a população. Fracasso de um capitalismo “reformista”, cujas reformas são a contrarreforma do Estado do bem-estar social. Fracasso de uma forma de organização econômica do capitalismo associada à alta instabilidade financeira, ao baixo crescimento e ao brutal aumento da desigualdade econômica (BRESSER-PEREIRA, 2020, p. 56).

Assim, esse argumento reforça uma das ideias centrais do presente trabalho, que é a relação inescapável entre o neoliberalismo e as crises da democracia no século XXI. Percebe-se que muitas das leituras recentes sobre essas crises da democracia se voltam principalmente a compreender politicamente como esse modelo pode estar enfraquecendo e desaparecendo, e como a população pode estar desvalorizando ou abandonando os valores democráticos. Contudo, essas leituras parecem insuficientes quando não tratam diretamente dos fracassos do sistema capitalista neoliberal.

Conforme será abordado na próxima parte deste trabalho, a democracia liberal deixou de entregar às populações diversas promessas de desenvolvimento social e econômico. As práticas neoliberais fizeram com que a concentração de renda aumentasse em patamares alarmantes, gerando cada vez mais bilionários, ao passo que um contingente enorme da população ainda não tem suas necessidades básicas atendidas. Outra questão fundamental ao debate do século XXI é o colapso ambiental perpetrado pelo modo de produção capitalista dos países mais ricos, afetando desigualmente os países mais pobres.

4. Perspectivas de futuro e alternativas em disputa

4.1. O colapso no horizonte: desigualdade e sustentabilidade

Considerando as análises sobre as crises do sistema democrático apresentadas, cabe destacar alguns dos principais problemas globais de interesse público que a democracia liberal se propôs a resolver, em todo ou em parte, por meio dos governos

nacionais e que, no entanto, não encontraram uma solução estrutural até o presente momento na segunda década do século XXI. É possível destacar dois eixos principais de problemas a serem enfrentados e solucionados por essa e pelas próximas gerações: (1) a desigualdade, que se materializa por meio da pobreza extrema, da fome, de doenças, da concentração de renda e das perdas de vidas humanas decorrentes desses fatores; (2) a sustentabilidade socioambiental, cujo colapso se materializa por meio do desmatamento desenfreado, do desmonte dos aparatos estatais de fiscalização ambiental, do agravamento da mudança climática e da violência contra os povos originários.

Para apresentar um diagnóstico da realidade com base em evidências acerca desses temas, serão tomados como referência relatórios e estudos de organizações da sociedade civil especializadas, que reúnem nesses estudos as principais referências nacionais e internacionais em indicadores sociais e estatísticas socioeconômicas. No caso da desigualdade e da fome, serão apresentados dados de relatórios da Oxfam Brasil sobre seus impactos no Brasil e no mundo. No caso da destruição socioambiental, serão utilizados dados de relatório de membros do Instituto Socioambiental (ISA) sobre a gestão do orçamento público da área de meio ambiente no Brasil, que historicamente é um dos países de maior importância global na liderança da agenda ambiental.

A desigualdade é um fenômeno reivindicado como algo natural nas sociedades pelas leituras neoliberais da realidade, cabendo à competição entre indivíduos livres a distribuição dos recursos conforme suas competências pessoais e sua produtividade. Contudo, com um afastamento da abstração ideológica e, ao mesmo tempo, uma aproximação com as evidências empíricas da realidade concreta das populações pelo mundo, o resultado observado é radicalmente diferente: a desigualdade destrói as sociedades e mata os seres humanos. Esse mecanismo é operado por meio da violência econômica gerada pela desigualdade contra as classes mais pobres:

A desigualdade extrema é uma forma de “violência econômica” pela qual políticas estruturais e sistêmicas e escolhas políticas que são enviesadas em favor dos mais ricos e poderosos resultam em danos diretos à grande maioria das pessoas comuns no mundo todo. O fato de as pessoas em situação de pobreza, mulheres e meninas e grupos raciais serem tão frequentemente mortos ou prejudicados de forma desproporcional, mais do que aqueles que são ricos e privilegiados, não é um erro acidental na forma dominante de capitalismo atual, mas uma parte central dele. Estimamos que a desigualdade esteja contribuindo para a morte de pelo menos 21.300 pessoas por dia, ou uma pessoa a cada quatro segundos. Esta é uma estimativa altamente conservadora para mortes resultantes da fome em um mundo de abundância, de

negação de acesso a cuidados de saúde de qualidade nos países pobres e de violência de gênero enfrentada pelas mulheres e enraizada no patriarcado (OXFAM, 2022, p. 18).

A relação entre a desigualdade extrema e a produção de prejuízos e violências contra as classes mais pobres é inescapável. Um dos exemplos claros da atualidade é encontrado no caso da pandemia global da Covid-19, em que o massacre evidente que a doença impôs aos mais pobres, tanto em termos econômicos quanto em termos de saúde, ocorreu paralelamente ao aumento da desigualdade e à melhoria das condições de vida dos mais ricos:

Um novo bilionário foi criado a cada 26 horas desde o início da pandemia. A fortuna dos dez homens mais ricos do mundo dobrou, ao passo que a renda de 99% da humanidade decaiu em virtude da Covid-19. [...] Longe de serem desconexas, essas questões apontam para o mesmo e mais profundo desconforto. A desigualdade econômica torna a pandemia mais letal, mais prolongada e mais prejudicial aos meios de subsistência. A desigualdade de renda é um indicador mais assertivo para saber se você morrerá de Covid-19 do que a idade (OXFAM, 2022, p. 16).

Uma vez demonstrada a problemática desigualdade e a produção de violência econômica gerada por esta, torna-se necessário apresentar mais alguns dados e informações estatísticas acerca desse fenômeno. O relatório “A Desigualdade Mata” da Oxfam Brasil (2022) traz alguns dos principais fatos constatados a esse respeito com base nas estatísticas socioeconômicas globais:

- A desigualdade contribui para a morte de pelo menos uma pessoa a cada quatro segundos.
- 252 homens têm mais riqueza do que o total de um bilhão de mulheres e meninas na África, na América Latina e no Caribe juntos.
- Desde 1995, os 1% mais ricos capturaram quase 20 vezes mais da riqueza global do que os 50% mais pobres da humanidade.
- 3,4 milhões de afro-americanos estariam vivos hoje se sua expectativa de vida fosse a mesma que a dos brancos. Antes da Covid-19, esse número alarmante já era de 2,1 milhões.
- Estima-se que 20 dos bilionários mais ricos emitem, em média, até 8.000 vezes mais carbono do que o bilhão de pessoas mais pobres.

O último item dessa preocupante lista de fatos aferidos pelo estudo faz referência a outra problemática que afeta desigualmente as classes sociais no mundo contemporâneo: o colapso ambiental e as mudanças climáticas. A mudança do paradigma produtivo dos principais países capitalistas no mundo consiste em uma agenda urgente para a sobrevivência humana no longo prazo. Apesar de o tema ter sido incorporado pela agenda diplomática nas últimas décadas, as mudanças reais estão distantes do necessário para se garantir, entre outras medidas, a preservação das florestas, a transição energética para a energia limpa e a garantia dos direitos das comunidades e povos originários.

O Brasil se consolidou, sobretudo ao longo da primeira década do século XXI, como um dos principais líderes da agenda ambiental na política internacional. Contudo, essa posição tem sido atualmente ameaçada - mas não menos do que o seu próprio patrimônio natural - pela omissão e pelo enfraquecimento da política ambiental e dos órgãos fiscalizadores no país. As perspectivas de avanço da agenda global de proteção do meio ambiente se tornam consideravelmente piores em um cenário no qual o governo do país que possui sob seu cuidado, entre outros recursos, a floresta amazônica trabalha para sabotar os mecanismos de proteção ambiental do Estado:

Em paralelo à flexibilização da regulação ambiental e o desmonte institucional dos principais órgãos executores da política ambiental, nos últimos anos o Brasil adotou uma série de políticas de austeridade fiscal que, ao constranger o direcionamento de recursos necessários para a execução da Política, colocam em risco a continuidade de importantes programas de combate à degradação ambiental. (FREITAS; CARVALHO; OVIEDO, 2022, p. 46)

Essa realidade é comprovada pela análise dos gastos públicos na área:

Em 2019, o orçamento destinado à gestão ambiental alcança o menor valor da série (desde 2005), chegando a um montante de R\$5 bilhões. Os anos subsequentes também apresentam queda no orçamento ambiental, e em 2022 chegamos ao quarto ano consecutivo de menor orçamento desde o início da série (R\$3,4 bilhões). Além disso, destaca-se o ano de 2021, o qual apresenta o menor valor de execução orçamentária da série analisada (aproximadamente R\$3,1 bi), equivalente a quase metade da despesa orçamentária com gestão ambiental no ano de 2013. [...] Todos os órgãos ambientais analisados tiveram perda de orçamento entre 2018 e 2021 (despesas liquidadas): MMA (redução de 29%), ICMBio e IBAMA (15,9%), SFB (18,6%) e FUNAI (5,5%). No entanto, a maior parte da perda de orçamento está nos gastos discricionários. Desde a vigência do Teto de Gastos, o MMA

teve uma redução de 79,3% de seus gastos discricionários liquidados (entre 2017 e 2021). Este é o orçamento das ações finalísticas do órgão, o que indica que os programas e ações ambientais estão cada vez mais perdendo espaço no orçamento da União. (FREITAS, CARVALHO e OVIEDO, 2022, p. 46-47)

Cabe ainda destacar o caso do Brasil, que é um dos países mais desiguais do mundo e, ao mesmo tempo, o que tem mais chamado a atenção da comunidade internacional no que se refere à degradação ambiental desde 2019 até 2022. Um dos aspectos mais brutais dessa realidade é a volta da fome ao país, situação que havia sido razoavelmente contornada na primeira década do século XXI. Atualmente, segundo números do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN),

Comparado ao I VIGISAN, que identificou, em dezembro de 2020, 9% da população (ou 19 milhões de pessoas) convivendo com a fome, no II VIGISAN este percentual passou para 15,5% da população ou 33,1 milhões de pessoas em situação de fome, indicando que 14 milhões de brasileiros foram deslocados para tal condição em um ano (PENSSAN, 2022, p. 84).

Diante desse cenário de avanço da desigualdade global e da aparente cumplicidade ou inércia diante da destruição ambiental, observa-se que há questões fundamentais para a sobrevivência e o bem estar das populações de todo o mundo que permanecem ou sem solução ou agravadas pelo modelo neoliberal e pela prevalência dos interesses das classes mais ricas. Seja por meio dos mecanismos de transferência de recursos dos mais pobres para os mais ricos ou seja pela destruição dos recursos naturais para priorizar o aumento dos lucros, o modelo neoliberal de acumulação capitalista junto ao sistema democrático parecem insuficientes para evitar as crises humanitária e ambiental que se observam no presente e o colapso no horizonte futuro.

Diante da problemática tratada no presente trabalho até aqui, observa-se que a crise do modelo político e econômico dominante na atualidade coloca em questão a necessidade de se refletir acerca de possíveis alternativas. Não para sugerir uma substituição simples, mas para se fazer uma análise das diferentes abordagens e modelos de sociedade a fim de se elaborar e reelaborar arranjos políticos, econômicos e institucionais que gerem maior bem-estar à maioria da população, e que estejam em maior acordo com os ditames da justiça social, da desconcentração de renda e do desenvolvimento.

4.2. O caso da China: valores, herança histórico-cultural e modelo institucional

Nesta seção, será feita uma discussão que busca lançar algumas luzes sobre a construção dos valores culturais das instituições históricas chinesas para conseguir negociar a universalização dos valores e padrões normativos neoliberais. Analisar este aspecto da sociedade chinesa nos ajuda a compreender melhor como este país se insere em um cenário global no qual se pode vislumbrar a construção de um paradigma alternativo à sociedade e à economia neoliberal. Para isso, será utilizado como referência o artigo de DeFelipe Villa (2020), no qual são discutidas as instituições históricas chinesas e sua contribuição para a governança global.

Partindo das concepções do Novo Institucionalismo, o autor aponta que as instituições são componentes fundamentais de qualquer modelo civilizacional. Essas instituições são decisivas para formação dos indivíduos da sociedade, pois, conforme o cientista político turco Ahmet Davutoğlu (2014), um protótipo de civilização surge menos pelas razões institucionais e formais em si e mais pela visão de mundo que é passada aos indivíduos para a formação de sua base existencial. Nesse sentido, aponta DeFelipe Villa (2020), os discursos políticos estão inseridos neste contexto institucional mais amplo que ecoa experiências culturais e históricas específicas, de modo que, as instituições ligam a definição ontológica dos indivíduos à sua vida política e, no caso em tela, determinam a dimensão civilizacional chinesa. Assim,

Chinese civilization can be defined as the history of a network of social, cultural, and political institutions, shaped by patterns of hierarchy, order, and group or relational mentality, and legitimized and standardized by the metaphysical and philosophical discussions of Confucianism, Taoism, and later Buddhism. The pre-modern historical background of those patterns has had an effect on the developmental process of the People's Republic of China. (...) For instance, keeping in mind a few New Institutionalism concepts, it is possible to trace back the origins of the patterns mentioned above. Just as the “the West” can find its roots in the ecological conditions of Europe and ancient Greek and Renaissance intellectual cultures, China is a product of a unique historical process of adaptation to geographic conditions that shaped its cognitive structures and later its cultural and developmental institutions (DEFELIPE VILLA, 2020, p. 11).

Uma relação orgânica da sociedade chinesa com a natureza, historicamente, teria ajudado a moldar um tipo de cosmovisão na qual a realidade é compreendida como um

ciclo de acontecimentos. Esta cosmovisão teve seu espaço durante diversas dinastias entre os anos 2070 e 256 a.C. e mais tarde por meio do princípio do “Mandato do Céu”, que define a figura do Imperador, o “Filho do Céu” como o comandante de um processo de sincronização entre a sociedade e a natureza.

Já a partir do século V a.C. se inicia o confucionismo com a elaboração de princípios próprios, e sendo institucionalizado por vários séculos até o início do século X d.C., quando, a partir de então, o Budismo e o Taoísmo atraíram maior influência acadêmica e apoio popular, em detrimento do Confucionismo. As dinastias subsequentes seguiram um padrão de autoridade, hierarquia, centralização e mobilização durante vários séculos. O centralismo e o autoritarismo têm estado no cerne das instituições políticas da China de uma forma relativamente consistente desde a pré-modernidade até a atualidade, conforme aponta o professor de Estudos Chineses da Harvard University, William Kirby (1994). Nesse contexto, em suma, um sistema de supervisão mútua entre as pessoas operava na China imperial para garantir a conformidade coletiva com a autoridade:

Confucianism, Taoism, and Legalism became philosophies and systems of rituals and symbols of such institutions. Confucianism, in particular, is at the core of China’s institutional design. [...] Confucianism has historically aimed at limiting the process of socio-political disintegration and restoring social stability by reworking inherited intellectual resources that later, as part of a mundane rather than a spiritual practice, will contribute to reaffirm and legitimize political power (Kim, 2018, pp. 24-27). [...] Confucianism was not the only intellectual development that had a dialectical relationship with history. The Qin Dynasty’s (221-207 bCe) Legalist school, with its authoritarian statecraft, endured even after the establishment of the People’s Republic of China in 1949. Moreover, Buddhism entered China and perdured, among other reasons, because it adapted to Chinese social characteristics (Xing, 2013). Confucianism and Taoism, however, are the basis of China’s informal collectivist and relational institutions (Dittmer, Haruhiro & Lee, 2000; Tsai, 2015) (DEFELIPE VILLA, 2020, p. 12-13).

Vale ressaltar que os fatos históricos relatados até o momento compreendem um período de quase dois mil anos. No entanto, o que se pretende nesta parte do trabalho é analisar a formação de uma mentalidade coletiva da civilização chinesa ao longo do tempo. Os sistemas de valores, normas e crenças, conforme aponta o economista belga Gérard Roland (2008), possuem um padrão de mudança mais lento ao longo do tempo. Nesse sentido, entende-se que o modelo institucional chinês seguiu um padrão histórico consistente, por meio do qual houve uma certa continuidade de suas tradições políticas e

culturais. Essas tradições e valores podem ser observados como contrapontos à ordem neoliberal global. Sobre isso, DeFelipe Villa (2020) explica que:

The continuity of China's cultural and political traditions is what Katzenstein (2012) labels as a process of Sinicization. [...] Radical variants of Sinicization, holding beliefs about the supremacy of an authoritarian model of governance over a liberal one, emerged among intellectual and policy circles in China after 2008. Some of these authors sustain that Confucianism and Chinese socialism contradicted Fukuyama's idea of the End of History and reclaim cultural superiority over the "the Enlightenment features of European modernity such as political rights and free speech" (Mayer, 2018, p. 1227). Martin Jacques' (2012) controversial work suggests that a new version of a Sinocentric system will return in the twenty-first century on a global scale, making straightforward predictions on how China will replace the West. [...] The "Chinese development model" is probably the most widely discussed process of Sinicization. China's economic development is, to no small extent, the result of its integration with global markets and its commitment to the multilateral institutions that regulate them. However, the country's allegiance to developmental goals, economic liberalization, and globalization policies does not necessarily mean that China is fully committed to intrinsic neoliberal values and norms (DEFELIPE VILLA, 2020, p. 6-7).

Do ponto de vista econômico, o modelo chinês de desenvolvimento, com o chamado Socialismo de Mercado, têm despertado diversos debates acerca do seu caráter não neoliberal, aspecto que ainda não é consensual entre os estudiosos do tema. O autor destaca que a ideia de um "Consenso de Pequim", um termo cunhado em 2004 na grande mídia e nos círculos de *think tanks* dos Estados Unidos, tem sido usada para identificar o "milagre" da experiência de desenvolvimento chinesa dentro de um sistema mercantilista cujo oponente mais feroz é o próprio modelo neoliberal do "Consenso de Washington". Assim,

Among the misconceptions about the Chinese development model, are the presence of Neoliberal traits. According to Nonini (2008), conceptually speaking, it is challenging to classify China within an all-encompassing definition of what makes a country Neoliberal. These misconceptions stem from the belief that the term "neoliberalism" is not monolithic and that there are instead different varieties of neoliberalism that are interpreted and put into practices relative to specific political goals. China's increasing economic reforms are deemed to be following a logic of neoliberal governance rather than the neoliberalism one. As an ideology and a process, Neoliberalism does not apply to Chinese policies because of the dominant role it places on rational, self-interested, entrepreneurial individuals. Instead, the Chinese model represents the kind of mixed economic system that is criticized by neoliberal thought, in which the distributive role of

markets does not take place without state intervention (DEFELIPE VILLA, 2020, p. 7).

Apesar do espalhamento das práticas e dos princípios neoliberais pelo mundo, sua operacionalização se dá de forma muito diferente de um país para o outro. Seguindo este raciocínio, entende-se que o Neoliberalismo não encontrou na China os mesmos processos sócio-históricos que facilitaram a sua emergência no Ocidente. Assim, a emergência da China se caracteriza mais pelas negociações e intercâmbios com a ordem liberal global, ao invés de refazer os seus valores fundamentais. A ideia de um modelo chinês a partir desta concepção está mais relacionada à sua capacidade de reconciliar sistemas econômicos conflitantes do que a adoção de um sistema único. Este aspecto da política econômica e do Socialismo de Mercado será abordado na seção a seguir.

4.3. O caso do Socialismo de Mercado: um contraponto ao modelo econômico neoliberal?

O caso que mais chama a atenção nos dias atuais, no que se refere a um modelo alternativo ao neoliberalismo ocidental de gestão do desenvolvimento econômico e social, é o do chamado socialismo de mercado. Para discutir aspectos a respeito tanto da validade deste termo quanto dos resultados que têm sido produzidos objetivamente, será tomado como referência o artigo de Jabbour e Dantas (2020), que logo no seu início afirma:

O desenvolvimento chinês é, talvez, o fenômeno mais importante do mundo presente. Seu crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos 35 anos foi de 9,5% a.a., ao mesmo tempo que a renda per capita no período passou de US \$250 em 1980 para US \$9.040 em 2014 (Jabbour; Paula, 2018, p. 14). (...) Entre outros elementos, a polêmica não é o “modelo” e sim o fato de esse processo ocorrer negando a *deus ex machina* que condiciona o dinamismo econômico à existência de instituições que garantam a primazia da propriedade privada. Ao contrário, uma de suas especificidades está – por exemplo – na existência de um Estado que toma a si mesmo o papel tanto, segundo Burlamaqui (2015), “de prestador de última instância quanto de investidor de primeira instância” (JABBOUR; DANTAS, 2020, p. 1030).

Os autores argumentam que o excepcional crescimento econômico que se observa na China nas últimas décadas tem como principal base a primazia do investimento público

e do papel do Estado como indutor do desenvolvimento nacional. Contudo, essa base não se assemelha a leituras já existentes sobre desenvolvimentismo e a intervenção do Estado na economia. As características do modelo chinês levam a concluir que se trata de uma nova formação econômica e social em ascensão, ou seja:

o fenômeno recente marcado por maior protagonismo estatal, sobretudo após 2009, nos permite diagnosticar que a “dinâmica chinesa” é algo que se distancia tanto de uma espécie de “modelo liberal” quanto de um “capitalismo de Estado” *stricto sensu*. A nosso ver está surgindo na China uma Nova Formação Econômico-Social (NFES) que chamamos de “socialismo de mercado”. Ou seja, para nós o “socialismo de mercado” deixou de ser uma abstração, passando a tornar algo real, concreto (JABBOUR; DANTAS, 2020, p. 1031).

Ao se propor a analisar se a China é um país capitalista ou socialista, os autores destacam, partindo da concepção marxista de formação econômico-social, que o modelo de socialismo de mercado é composto de diferentes subsistemas. Assim, reconhece-se a presença da contradição, e que

o “socialismo de mercado” é uma formação que associa – via coexistência e coabitação – modos de produção de diferentes épocas históricas em clara unidade de contrários. Não se trata de uma sociedade estruturada no mais alto patamar possível de desenvolvimento humano, ou seja, o socialismo em sua plenitude. Do processo descrito por Amin e Mamigonian até hoje a China percorreu todo um processo histórico que tem nas reformas econômicas iniciadas em 1978 um típico processo que combina continuidade e ruptura (JABBOUR; DANTAS, 2020, p. 1031).

Apesar de essa unidade de contrários apresentar diferentes forças e modos de produção coexistindo sob um mesmo grande Estado-nacional, é possível identificar algumas características estruturais que colocam o modelo chinês, ao contrário do paradigma liberal, como um modelo no qual a existência de um mercado forte e altamente produtivo não pressupõe um Estado mínimo. Sobre a polêmica acerca da definição de qual é o paradigma econômico do Estado chinês, os autores indagam:

A questão que se coloca é: qual modo de produção é dominante? A resposta demanda a interposição de outras questões: qual classe e/ou força política detém o controle dos fatores objetivamente estratégicos sejam eles políticos (a força política representativa da classe social que exerce controle do poder do Estado) ou econômicos (o modo de produção que detém o poder real tanto sobre os ferramentais fundamentais do processo de acumulação – de juros, taxa câmbio e

sistema financeiro estatal – quanto na promoção de deslocamento e concentração do próprio setor produtivo em indústrias-chave e possibilitando crescimento e desenvolvimento a partir da geração dos efeitos de encadeamento industrial aos demais modos de produção)? (JABBOUR; DANTAS, 2020, p. 1038).

E após discorrerem sobre os diferentes modos de produção coexistentes na China (economia natural de subsistência, pequena produção mercantil e capitalismo privado), os autores complementam que

existe uma grande diferença entre classificar a China como um país capitalista e reconhecer que o capitalismo, seja ele privado ou de Estado, existe no país como um importante – e poderoso – modo de produção. [...] Apesar de concentrar grande parcela de riqueza, renda e grande poder de barganha junto ao Estado, não se trata de uma classe capaz suficiente para se tornar “classe dominante” como nos países capitalistas (JABBOUR; DANTAS, 2020, p. 1039).

Assim, os argumentos apresentados sugerem que na economia e na sociedade chinesa está em curso uma nova formação econômico-social chamada socialismo de mercado, no qual o Estado tem o domínio sobre as estruturas mais estratégicas da economia, ao mesmo tempo em que há o funcionamento de um mercado privado lucrativo. Este último, por ser fortemente regulado pelo Estado, não serviria de mecanismo de consolidação do poder de classe da elite econômica privada, ao ponto desta se tornar a força dominante da sociedade, tal como ocorre nas sociedades neoliberais.

Esse modelo de socialização do mercado e do Estado como estrategista do desenvolvimento tem trazido resultados socioeconômicos monumentais para aquele país, o que se observa nos dados acerca da renda da população, do desenvolvimento em infraestrutura, mobilidade urbana e tecnologia. É importante ainda ressaltar que a China está cada vez mais próxima de ultrapassar a posição dos Estados Unidos em termos de valor do Produto Interno Bruto (PIB), o que é provável ocorrer antes da metade deste século.

Vale destacar que a China é um país ainda com inúmeros problemas e iniquidades, além de diversas controvérsias do ponto de vista político. Contudo, seu modelo em ascensão, bem como seu crescimento e sua prosperidade a partir de bases distintas das bases neoliberais, serve de estudo de caso para se refletir acerca de alternativas e novos modelos econômicos e sociais que estarão em disputa ao longo do século XXI. Trabalhar em um nível de análise que se encontre próximo à fronteira do conhecimento e dos

modelos estabelecidos pode contribuir para uma reflexão criativa acerca das possibilidades de futuro.

5. Considerações finais

A revisão bibliográfica e as análises apresentadas neste trabalho buscaram compreender os sentidos políticos do neoliberalismo e a sua relação com as crises da democracia no século XXI. Por meio de diferentes abordagens teóricas, essa relação pôde ser evidenciada, assim como alguns dos diversos fenômenos políticos presentes nessa relação e na dinâmica política do mundo atual puderam ser colocados à luz de uma análise comparativa e também complementar do pensamento político recente.

Na primeira parte do trabalho, foi possível compreender as bases filosóficas do neoliberalismo e sua origem histórica, tanto como uma teoria e prática econômica quanto como uma ideologia, que se faz dominante na política do final do século XX até os dias atuais. Também foi possível identificar que o neoliberalismo está além da economia, e constitui um fenômeno que produz sujeitos e subjetividades e introjeta os valores neoliberais no comportamento dos indivíduos na sociedade contemporânea, gerando, inclusive, diversas consequências pessoais e sofrimento psíquico.

Na segunda parte foi possível identificar com maior aprofundamento a relação entre o neoliberalismo e as crises da democracia. Primeiro, evidenciando as proximidades entre a ideologia neoliberal e a não superação de práticas coloniais e patriarcais, e de violências como o racismo e a necropolítica. Em sequência, foram analisadas algumas das mais recentes contribuições de autores que tratam da crise da democracia. Apesar da inegável contribuição em diagnosticar diversos aspectos dessa questão, como a ascensão da extrema-direita e suas estratégias, conclui-se que essas leituras são limitadas quando não tratam diretamente do sistema capitalista neoliberal, seus fracassos, e sua inescapável relação com as crises políticas do século XXI.

Por fim, foram apresentadas por meio de dados estatísticos as profundas dificuldades que a democracia liberal tem em entregar as condições básicas para o bem-estar humano de longo prazo, bem como uma das alternativas de modelo de produção com bases não neoliberais. A partir dessas reflexões, conclui-se que os fracassos do neoliberalismo constituem o principal elemento das crises da democracia, o que demonstra a urgência de se pensar em alternativas políticas e econômicas para este século que de fato garantam as condições de longo prazo para a igualdade e a dignidade humana.

Referências

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Necropolítica e Neoliberalismo. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. e021023, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.45397. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/45397>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado [online]**. 2019, v. 34, n. 1, p. 211-239. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>. Acesso em 18 de agosto 2022
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A democracia não está morrendo: foi o neoliberalismo que fracassou. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]**. 2020, n. 111, p. 51-79. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-051079/111>. Acesso em 18 de agosto de 2022
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DAVUTOĞLU, Ahmet. The formative parameters of civilizations. In F. Dall-mayr, M. A. Kayapinar & I. Yaylaci (Eds.), **Civilizations and world order: geopolitics and cultural difference** (p. 73-97). Lanham: Lexington Books, 2014.
- DEFELIPE VILLA, Camilo. Chinese historical institutions and their contribution for global governance. **Desafios**, 2020, n. 32(1), p. 1-33. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/desafios/article/view/7677/7749>. Acesso em 8 de outubro de 2023.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREITAS, Camila; CARVALHO, Rodrigo; OVIEDO, Antonio. **O financiamento da gestão ambiental no brasil: uma avaliação a partir do orçamento público federal (2005-2022)**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/o-financiamento-da-gestao-ambiental-no-brasil-uma-avaliacao-partir-do-orcamento>
- GÉRARD, Roland. Understanding institutional change: fast-moving and slow-moving institutions. In J. Kornai, L. Matyás & G. Roland (Eds.), **Institutional change and economic behaviour** (p. 134-159). London: Palgrave Macmillan, 2008.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Sobre a China e o “socialismo de mercado” como uma nova formação econômico-social. **Nova Economia [online]**. 2020, v. 30, n. 03, p. 1029-1051. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/5544>. Acesso em 18 de agosto de 2022
- JABBOUR, Elias; GABRIELLE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- KIRBY, William. Traditions of centrality, authority and management in modern China's foreign relations. In T. Robinson & D. Shambaugh (Eds.), **Chinese foreign policy: theory and practice** (p. 13-29). Oxford Uni-versity Press, 1994.

- LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. **O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 415, ago. 2021. Disponível em:
<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD415.pdf>
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- OXFAM. **A desigualdade mata: a incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19**. 2022. Disponível em:
<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>. Acesso em 18 de agosto de 2022.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises da Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em:
<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em 18 de agosto de 2022.
- RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.
- STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Recebido em: 13/02/2023

Aprovado em: 14/11/2023